

Intelectual nômade: pensamento e luta no plano do comum

Nomadic intellectual: thinking and fighting on the common plane

Intelectual nômada: pensar y luchar en el plano de lo común

DOI:10.18226/21784612.v30.e025014

João Henrique de Sousa Santos¹

Izabel Christina Friche Passos²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo pensar a figura do intelectual nômade como agente político e revolucionário, que experimenta novas subjetivações e a constituição de novos territórios, tomando o comum como potência de criação. Para isso, buscamos, em um primeiro momento, teóricos que se dedicaram a pensar a figura do intelectual como um problema da modernidade, refletindo sobre seu papel nas estruturas de poder e conhecimento. Em seguida, debruçamo-nos sobre a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, em diálogo com autores alinhados e próximos a essa perspectiva teórica, para tecer o que chamados de intelectual nômade. Inspirado nas ideias de Foucault sobre o intelectual específico, este novo tipo de agente político engaja-se nas lutas locais e nos jogos de poder, operando através de uma lógica de resistência nômade. Por fim, a potência nômade com sua máquina de guerra, engendrada no plano do comum, a partir das redes que se constituem nas lutas políticas, é uma aposta na possibilidade de abalar as estruturas do aparelho de Estado, sobretudo em tempos em que a figura do intelectual e a própria ciência se encontram em descrédito por movimentos reacionários. Em conclusão, o intelectual nômade se apresenta como uma figura ao mesmo tempo crítica e criativa, oferecendo uma nova forma de pensar o conhecimento, o poder e a política, revelando-se um agente de transformação social.

Palavras-chave: Intelectual. Nomadismo. Filosofia da diferença. Devir.

Abstract: This paper aims to examine the figure of the nomadic intellectual as a political and revolutionary agent who experiments with new subjectivities and the creation of new territories, using the common as a creative force. Initially, we explore theorists who regard

¹ Doutor Psicologia pela UFMG. Faculdade Ciências Médicas de Minas Gerais. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9946-3552>

² Doutora em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-9238-8732>

the intellectual as a problem of modernity, reflecting on their role within power and knowledge structures. Next, we turn to Deleuze and Guattari's philosophy of difference, in dialogue with authors aligned with this theoretical perspective, to construct what we call the nomadic intellectual. Inspired by Foucault's ideas about the specific intellectual, this new type of political agent engages in local struggles and power dynamics, operating through a logic of nomadic resistance. Finally, the nomadic force, with its war machine, emerges from the common, through networks formed in political struggles, representing a bet on the possibility of shaking the foundations of the state apparatus, especially at a time when both the intellectual figure and science itself face discredit from reactionary movements. In conclusion, the nomadic intellectual is presented as both a critical and creative figure, offering a new way of thinking about knowledge, power, and politics, revealing themselves as an agent of social transformation.

Keywords: Intellectual. Nomadism. Philosophies of difference. Becoming.

Resumen: El presente artículo tiene como objetivo pensar en la figura del intelectual nómada como agente político y revolucionario que experimenta nuevas subjetividades y la constitución de nuevos territorios, tomando lo común como una potencia creativa. Para ello, inicialmente exploramos a los teóricos que consideran al intelectual como un problema de la modernidad, reflexionando sobre su papel en las estructuras de poder y conocimiento. Luego, nos enfocamos en la filosofía de la diferencia de Deleuze y Guattari, en diálogo con autores alineados con esta perspectiva teórica, para construir lo que llamamos el intelectual nómada. Inspirado en las ideas de Foucault sobre el intelectual específico, este nuevo tipo de agente político se involucra en las luchas locales y en las dinámicas de poder, operando a través de una lógica de resistencia nómada. Finalmente, la potencia nómada, con su máquina de guerra, emerge de lo común, a partir de las redes que se forman en las luchas políticas, apostando por la posibilidad de sacudir las estructuras del aparato estatal, especialmente en tiempos en los que tanto la figura del intelectual como la ciencia misma se ven desacreditadas por movimientos reaccionarios. En conclusión, el intelectual nómada se presenta como una figura tanto crítica como creativa, ofreciendo una nueva forma de pensar el conocimiento, el poder y la política, revelándose como un agente de transformación social.

Palabras-clave: Intelectual. Nomadismo. Filosofía de la diferencia. Devinir.

Introdução

A contemporaneidade impõe ao intelectual o desafio de se posicionar em uma sociedade globalizada e antagônica, onde as divisões sociais se aprofundam e o controle molecular do capital fragmenta as experiências individuais e coletivas. Diante desse contexto, ele frequentemente não é mais tomado como porta-voz de uma classe social específica, devendo insurgir como alguém que, ao se redefinir, se ocupa de intervir criticamente na realidade e no que está por vir, defendendo o interesse comum. Frente às transformações sociais, econômicas, políticas, ambientais, culturais e subjetivas em curso, a ação do intelectual precisa se alinhar à busca por rotas de fuga e mudanças, implicando um olhar comprometido com os fluxos sociais. Resgatar a condição de estrangeiro – não no sentido de alienação, mas de deslocamento estratégico – nos parece o ponto de partida para pensar a ação do intelectual moderno. Assim, torna-se necessário mapear uma política de sua subjetivação para, em seguida, cartografar uma estética que favoreça a criação de novas formas de viver e produzir conhecimento de maneira nômade, ainda assim, em constante negociação com os desafios do presente. Em tempos de crises, incertezas e violações, se aposta na tese de que a ação política do intelectual tem potencial não apenas para ressignificar seu papel na esfera pública, mas também fortalecer a construção de laços de solidariedade e sustentar a luta por valores democráticos.

Comumente utilizado no contexto acadêmico-científico e sociocultural, a literatura não apresenta um consenso sobre a noção de intelectual, criando uma amplitude de abordagens sobre essa figura e seu papel na sociedade (Passiani, 2018; Altamirano, 2006; Leclerc, 2004). De antemão, estamos longe de tentar construir a gênese da figura do intelectual ou até mesmo uma tipologia enumerando as possíveis definições que compõem o quadro teórico desse ator. Interessa-nos pensar a emergência do intelectual moderno como algo arquitetado em uma determinada época, por certos arranjos discursivos e condições não discursivas, e os contornos necessários para sua sobrevivência na atualidade. Assumindo uma posição foucaultiana, recusamos uma linearidade da história e da compreensão de que as mudanças ocorrem de forma contínua. Para tal, em detrimento de uma constante histórica e

alinhados à noção de acontecimento (Foucault, 2012), apostamos nas conexões, nos encontros, nos apoios, nos bloqueios, nos jogos de força e nas estratégias que, em um dado momento histórico, social e cultural (França dos anos 1890), forjaram o que a literatura denomina intelectual moderno.

Na esteira desse problema e buscando adotar um caminho com vista à constituição do sujeito intelectual, percorrer os seus modos de subjetivação, bem como a cartografar algum devir intelectual, este estudo terá como embasamento, em um primeiro momento, teóricos que se dedicaram a pensar a figura do intelectual como um problema da modernidade. Em seguida, debruçar-nos-emos sobre a filosofia da diferença de Deleuze e Guattari, em diálogo com autores alinhados e próximos a essa perspectiva teórica, para tecer o que chamaremos de intelectual nômade. Empreende-se, com isso, pensar uma prática que se abre para novas subjetivações e constituição de novos territórios, necessariamente, em meio aos encontros, em rede, experimentando o comum como potência de criação.

O intelectual moderno e a ação política

O problema da definição e constituição do intelectual demanda uma investigação através de uma série de teóricos que se dedicaram ao estudo não apenas do conceito, mas também da prática intelectual. Talvez por não possuir um estatuto de profissão ou mesmo uma função bem definida e facilmente identificável, ou por não se configurar como um grupo homogêneo, ou, ainda, por cair numa certa banalização na atualidade, o intelectual se aproxima das categorias sociais problemáticas (Leclerc, 2004). Não bastasse a complexidade em torno da sua definição, faz-se necessário questionar, além do mais, onde foram parar os intelectuais. Essa questão, levantada por Traverso (2020) e que dá título à sua obra, aponta para uma fragilização desse ator, que teve o seu apogeu no século XX, como inteligência crítica e pensamento dissidente frente ao autoritarismo. Por sua vez, também convoca uma demarcação frente ao anti-intelectualismo, que cresce proporcionalmente à guinada conservadora impulsionada pela ascensão de grupos fundamentalistas em posições estratégicas de exercício de poder, tanto no Norte como no Sul global.

Soma-se a isso o fato de que, na atualidade, especialmente nos cenários das massas e dos movimentos sociais, parece reger uma conformação que opera na contramão da necessidade da presença do intelectual. Tal fato reverbera um descrédito a essas vozes, fazendo com que as práticas desses atores ressoem com menos intensidade do que outrora, o que acaba por costurar outras demandas, exigindo a redefinição de suas lutas. Esse breve panorama e as linhas que o constituem nos conduzem a um resgate da noção de intelectual e da sua passagem enquanto adjetivo para o intelectual substantivo (Traverso, 2020).

Como aponta Leclerc (2004), em sua “sociologia dos intelectuais”, cada época conheceu uma figura de destaque no campo do conhecimento, seja o nobre da corte, o filósofo do iluminismo ou o intelectual da modernidade. Para esse autor, embora seja possível empregar o termo “intelectual” antes da modernidade, este emerge “quando as teorias das Luzes, depois das guerras revolucionárias e napoleônicas, são traduzidas, reinterpretadas, comentadas, denunciadas, criticadas, ‘ultrapassadas’, nas novas formas discursivas que aparecem no início do século XIX” (Leclerc, p. 35). Em todo caso, há certo consenso na literatura indicando que a definição de intelectual moderno ganhou contornos a partir do caso Dreyfus³ (Leclerc, 2004; Passiani, 2018; Traverso, 2020). Tal acontecimento deflagrou um manifesto, de autoria de Émile Zola, nomeado “J'accuse”, publicado em 13 de janeiro de 1898, no jornal francês *L'Aurore*, marcando a entrada do intelectual na cena política e reconfigurando os modos de ação utilizados por esse ator. O caso Dreyfus redireciona os holofotes para a figura do intelectual, redimensionando sua ação política e impondo a necessidade de se compreender quem é esse ator e qual é o seu papel na sociedade moderna.

Zola, famoso escritor francês, torna-se um exemplo de intelectual ao sustentar publicamente um posicionamento ético e político referente a um julgamento que mobilizou a sociedade francesa da época. Em sua carta, impressa na primeira página do jornal, o escritor denuncia o complô do qual Dreyfus é vítima,

³ Alfred Dreyfus, oficial do exército francês, foi acusado de espionagem, por supostamente ter entregado documentos oficiais à embaixada da Alemanha, e condenado à prisão, por crime de alta traição, em dezembro de 1894.

acusa o governo francês de antissemitismo, apresenta os erros judiciais presentes no processo e aponta a prisão do oficial como ato ilegal. Para Cara (2015, p. 315), “a tomada de posição de Zola compõe o mapa dos rumos da participação pública do intelectual na nova ordem”, uma vez que, no dia seguinte à publicação, vários nomes importantes da época apareceram no jornal aderindo ao seu manifesto. Esse grupo foi denominado por Clemenceau, jornalista responsável pelo periódico *L'Aurore*, de intelectuais, ao classificar essa adesão como “manifesto dos intelectuais” (Leclerc, 2004).

Vale destacar que o termo intelectual ganha maior visibilidade no “protesto dos intelectuais”, publicado por Auguste-Maurice Barrès, ao ser usado como uma espécie de injúria, uma conotação pejorativa, dirigida aos que defendiam Dreyfus (Leclerc, 2004).

Mas é Barrès, o líder dos antidreyfusistas, que populariza o termo ao publicar, uma semana mais tarde, em *Le Journal*, uma crônica intitulada “O protesto dos intelectuais”. Apoiando-se nas instituições da conservação e da tradição (a igreja, a acadêmica francesa, a justiça e o exército, a imprensa conservadora) e chamando os “intelectuais” de “tolos” e de “estrangeiros”, Barrès irá assegurar ao termo seu renome e seu destino histórico (Leclerc, 2004, p. 54, grifo nosso).

O acontecimento Dreyfus ganha maior atenção não só por fazer reverberar a figura do intelectual, mas, também, por dar espaço a um certo anti-intelectualismo. Na análise de Passiani (2018), “o caso Dreyfus expõe, portanto, que a oscilação entre a apologia do intelectual e o discurso contra o intelectual são tendências que se desenvolvem juntas, numa relação de complementariedade ao invés de negação mútua” (p. 23).

Ainda na análise do caso Dreyfus, é preciso não tomá-lo como um ponto fundador, como sugerem alguns autores (Leclerc, 2004; Altamirano 2006; Traverso, 2020), mas sim como um acontecimento no sentido foucaultiano, ou seja, uma ruptura histórica radical que, por meio de seus efeitos, reorganizou as condições de possibilidade do pensamento e das práticas intelectuais. O caso Dreyfus não apenas evidenciou os embates políticos e intelectuais da época, mas também redesenhou as relações de forças, inserindo o intelectual em uma nova dinâmica de ação política. Havia, à época, todo um arranjo entre os discursos e as condições não discursivas, marcado

por disputas sociais e ideológicas, tensões políticas e entraves que remetiam a processos históricos que criaram um solo propício para a emergência do discurso de Zola no espaço público. Sua tomada de posição não se limitou a um gesto moral ou jurídico, mas constituiu em ato crítico, político, ético e estético que ressignificou o papel do intelectual na sociedade (Passiani, 2018).

A ascensão pública do intelectual e sua ação na contestação do discurso dominante, na provocação da discórdia e na introdução de uma leitura crítica dos acontecimentos continuam sendo urgente e necessário na atualidade. Esse papel o coloca em uma posição progressista frente ao discurso anti-intelectual, frequentemente associado a posturas conservadoras. No entanto, o exercício dessa prática costuma ter um alto preço a se pagar⁴, exigindo do intelectual um comprometimento que pode resultar em repercussões significativas (Traverso, 2020).

Na esteira de ampliar a noção de intelectual e visando a compreender outras possibilidades de abordagem desse ator, faz-se importante avançar na questão apontada por Antonio Gramsci, quando questiona se a categoria intelectual pertenceria a um grupo social autônomo. Retomar Gramsci nos parece necessário nessa procura, tendo em vista que é nele que encontramos uma primeira teoria dos intelectuais (Traverso, 2020). Como filósofo marxista, participando da fundação do Partido Socialista Italiano, toda a discussão de Gramsci em torno dos intelectuais reporta a uma análise da sua função, desempenhada por esses atores na dinâmica social, no contexto de mediação entre as classes sociais e o Estado. A contribuição de Gramsci na elaboração de um conceito de intelectual passa, necessariamente, por uma perspectiva classista, no interior de um campo de disputa pela hegemonia de poder.

Gramsci amplia a noção de intelectual ao afirmar que “todos os homens são intelectuais, mas nem todos os homens têm na sociedade a função de intelectuais” (Gramsci, 2001, p. 18). Sua concepção de intelectual, portanto, refere-se à capacidade de reflexão e elaboração, inerente a todos os indivíduos. No entanto, a função de intelectual se relaciona à atuação concreta no mundo,

⁴ A título de exemplo, em decorrência do seu manifesto no caso Dreyfus, Émile Zola foi processado pelo governo e pelo exército e condenado a um ano de prisão e multa de três mil francos. Tal fato fez com que Zola se exilasse na Inglaterra.

inserida nas relações sociais e na dinâmica da vida coletiva. Sua constituição está diretamente atrelada ao exercício dessa função na mediação das ações e dos interesses de classe.

Ao cunhar o termo “intellectual orgânico”, Gramsci, como destaca Duriguetto (2014, p. 267), “desenvolve uma interpretação original da função dos intelectuais nos processos de formação de uma consciência crítica por parte dos subalternos e na organização de suas lutas e ações políticas”. Situando esse intelectual em um “entre”, interstício entre teoria e prática, entre a concepção de mundo e a ação concreta, Duriguetto (2014, p. 276) ressalta que a ele caberia a “função de operar para a ‘organicidade de pensamento’ dos grupos sociais subalternos, ou seja, contribuir para uma relação coerente entre teoria (concepção de mundo) e ação”. Essa atuação orgânica é inteiramente política, processual e conectada a um organismo vivo e em expansão, a saber, a sociedade.

Vista sobre o prisma do engajamento político, a noção de intellectual orgânico, que Gramsci distingue do intellectual tradicional, remete ao exercício crítico do funcionamento social, produzindo uma reflexão em torno da dinâmica de opressão das classes subalternas e do enlace com a produção de modos de vidas sociais em resistência à classe social hegemônica. Nesse sentido, cabe ao intellectual orgânico uma função revolucionária, um catalisador de agenciamento político, ou seja, “formular, disseminar e consolidar na dinâmica da vida social uma visão de mundo que seja capaz de se tornar força social com potencial suficiente para promover concretamente a transformação radical do modo de vida” (Martins, 2011, p. 145). Com isso, a função do intellectual orgânico remete ao agenciamento da classe subalterna para o processo de luta por libertação das condições de exploração, um engajamento que visa à construção conjunta de resistência ao bloco hegemônico de exercício de poder, instituindo novos modos de existência.

Martins (2011), em diálogo com a concepção gramsciana, afirma a noção de intellectual como sujeito participante e que questiona uma realidade que lhe concerne. Para o autor, o intellectual orgânico, sujeito interessado nos processos de mudança da realidade das classes subalternas, remete ao indivíduo localizado no interior da sociedade, que atua em direção à conscientização de si e do seu papel na dinâmica social em que está inserido. Diante

disso, busca a mobilização e a participação ativa no contexto político, empreendendo novas ações com vistas à mudança radical das relações sociais de subalternidade, convocando, desse modo, a responsabilidade sociopolítica do intelectual em um contexto de alienação dos indivíduos, grupos e classes sociais.

Vale destacar que Martins (2011) recorre a Gramsci para elucidar, também, a presença de um tipo de intelectual orgânico que não está orientado pela categoria de classe socioeconômica, mas se mantém engajado politicamente a determinadas questões sociais presentes no interior da dinâmica de funcionamento da sociedade. São intelectuais que atuam politicamente na vida social pautados por categorias como gênero, sexualidade, raça, etnia, entre outras. À vista disso, ao mesmo tempo em que o intelectual não mais se esconde por trás de um suposto distanciamento e de uma neutralidade científica, defronta-se com um fazer político diretamente atrelado às contradições do seu tempo, atravessando conhecimento científico, filosofia e ação política.

Outro importante aspecto apontado pela leitura que Semeraro (2006) faz de Gramsci, no que tange à função dos intelectuais orgânicos na pós-modernidade, é o caráter constituinte do intelectual na arena política. O intelectual orgânico não é dado anteriormente à atividade política, pois é nela, e justamente por meio dela, que ele se forja. Isso significa que as lutas e os embates políticos intentam a formulação de outra política, em que não apenas novos sujeitos emergem, mas, também, novas relações, mais democráticas e com superação do poder como dominação.

Em Gramsci, encontramos a inserção ativa do intelectual na vida prática. No centro do conceito de intelectual orgânico está um fazer não alheio à realidade e que se encontra intrinsecamente ligado a um sujeito “imerso no jogo das ideologias e que milita no sentido de produzir a transformação social” (Soler, 2017, p. 555). Por conseguinte, a função intelectual pode ser exercida tanto por um professor quanto por um trabalhador, artista, escritor, ou seja, por qualquer sujeito inserido na sociedade que se dedica a problematizar os acontecimentos que o cercam.

Do caso Dreyfus, passando pela noção de intelectual orgânico, é sabido que uma série de transformações históricas provocou

impactos e mudanças no campo intelectual. A abordagem que Gramsci faz dos intelectuais será questionada por alguns autores, sobretudo no que tange à presença e implicação do intelectual orgânico na atualidade (Passiani, 2018; Traverso, 2020). Para Traverso (2020), os intelectuais estão em crise e precisam repensar sua função em um contexto distinto do século XX, época, segundo o autor, dos intelectuais orgânicos, envolvidos, muitas vezes, em partidos e orientados por classe. “O século XX foi um período de conflitos políticos e ideológicos, marcados por movimentos sociais de grande amplitude em que os intelectuais foram chamados a exercer um papel [...]” (p. 51). Nessa mesma linha, Passiani (2018) indica a urgência de se pensar uma nova figura social capaz de questionar os problemas que a atualidade coloca e de se organizar para além das pautas de classe. Nas palavras do autor, a figura desse novo intelectual tem como características:

[...] [estar] enraizada numa classe social que a ela, eventualmente, pode se opor; que constitui uma espécie de profissão, mas que frequentemente a transcende, por sua posição crítica, por seu engajamento em torno de certas questões públicas, por sua inclinação ao debate; que, em conjunto, forma grupos que não se confundem com outros conjuntos sociais, mas que a eles, invariavelmente, se referem e se reportam (Passiani, 2018, p. 33-34).

A figura do intelectual orgânico perde força, sobretudo em um tempo de heterogeneidade, em que o plano do político não mais se totaliza, e os vetores divergentes convivem e resistem à ideia de uma unidade, fazendo emergirem clivagens como gênero, raça e sexualidade, e não somente classe social. Com isso, parece-nos que o campo político cede lugar a um plano do político, em que se questiona a possibilidade de se sustentar, no presente, a ideia de organicidade.

O intelectual e o dizer verdadeiro

A ausência de um consenso interpretativo em torno da noção de intelectual aponta para o fato de que lidamos com um campo de investigação que, inserido na cultura, está suscetível às variações do tempo, dos acontecimentos sociais e históricos que o circunscrevem. Buscando compreender as relações de poder, as práticas e os processos de subjetivação, Michel Foucault irá

propor uma redefinição do estatuto do intelectual em oposição a certa organicidade e universalização. Crítico ao marxismo e, principalmente, ao pensamento de diferentes intelectuais e militantes marxistas, embora com uma curta passagem pelo Partido Comunista francês entre 1950 e 1953, em sua problematização acerca dos intelectuais, Foucault se distanciará das discussões empreendidas por Gramsci, filósofo marxista. Ainda que Foucault tenha chegado a dizer, em entrevista publicada em *Microfísica do Poder* (1979), que Marx não existia para ele, também relata que fazia uso de Marx sem a obrigação de citá-lo. Ao que parece, a crítica foucaultiana ao marxismo surge com destaque após sua saída do partido e sua consequente aproximação do pensamento nietzschiano.

Em sua discussão sobre o intelectual, Foucault tece a noção de intelectual específico e atribui a essa figura a função de produzir, nos seus contemporâneos, a problematização dos acontecimentos que os cercam. Em uma conversa muito citada entre Foucault e Deleuze, há uma chamada de atenção para o intelectual como aquele que não se coloca mais como agente exclusivo do saber, uma vez que as massas também sabem e, em grande escala, sabem muito mais que ele. Foucault distancia o intelectual desse lugar que poderia ser tanto alguém quanto além das lutas concretas e o posiciona, em suas próprias palavras, na função de “lutar contra as formas de poder exatamente onde ele é, ao mesmo tempo, o objeto e o instrumento: na ordem do saber, da ‘verdade’, da ‘consciência’, do discurso” (Foucault, 1979, p. 71). Assim, ele unifica teoria e prática, deslocando o intelectual de uma função eminentemente teórica. O intelectual específico é, portanto, um articulador, um estrategista, que transita entre a teoria e a prática, entre o discurso e ação, entre saberes/poderes e as resistências, entre a vida e a morte.

Como aponta Gros (2004), não existe nessa arena um distanciamento entre a atividade do pensamento e a ação, entre a escrita e o fazer, entre a academia e a política, pois ambas são uma só e, ao mesmo tempo, a mesma coisa. Esse deslocamento rompe, de início, com a ideia de neutralidade e distanciamento. O intelectual específico não é intelectual e militante: ele é intelectual porque é militante.

Na conversa mencionada com Deleuze, publicada sob o título “Os intelectuais e o poder”, Foucault (1979) aponta duas premissas do intelectual específico: o interesse por problemas pontuais, distanciando-se de Sartre ao promover um afastamento da visão totalizante dos intelectuais universais, e o engajamento político. Ao intelectual específico cabe localizar e denunciar publicamente focos particulares de poder. E como aponta o autor, “se é contra o poder que se luta, então todos aqueles sobre quem o poder se exerce como abuso, todos aqueles que o reconhecem como intolerável, podem começar a luta a partir de sua atividade própria” (Foucault, 1979, p. 77).

A noção de intelectual específico aparece ainda em Foucault (1979), em entrevista sobre a verdade e o poder, concedida a Alexandre Fontana, em contraposição ao intelectual universal. Ao ser questionado pelo entrevistador sobre o papel do intelectual no presente, Foucault responde que o intelectual “de esquerda”, durante muito tempo, se viu no direito de falar como dono da verdade e da justiça, como sendo a consciência de todos. No entanto, um novo modo de articulação entre teoria e prática foi estabelecido, garantindo “uma consciência mais concreta e imediata das lutas” (p. 9). Isso se dá na figura do intelectual específico, aquele que faz uso de seu saber, sua prática e de sua relação com a verdade nas lutas políticas. Nas palavras do autor, “os intelectuais se habituaram a trabalhar [...] em setores determinados, em pontos precisos em que os situavam, seja suas condições de trabalho, seja suas condições de vida (a moradia, o hospital, o asilo, o laboratório, a universidade, as relações familiares ou sexuais)” (p. 9).

Na entrevista concedida a Fontana, verifica-se um Foucault que aponta a ação do intelectual específico como permeada pela existência de riscos e obstáculos. Contudo, independentemente dos riscos, cabe ao intelectual tomar a verdade não como estatuto universalizado, capaz de descrever de forma neutra a coisa ou o objeto em si, mas tomá-la segundo os preceitos da parrhesía antiga, pautada pela coragem da sinceridade e pela liberdade de falar em uma situação de risco.

O tema da parrhesía se faz importante no enlace com o intelectual específico por se tornar uma possibilidade de construção de uma nova política da verdade. Trata-se de visualizar saídas

possíveis na relação entre o intelectual, a política e o dizer verdadeiro. Para Vieira (2015), o dizer verdadeiro deve ser entendido como “a transformação e autonomia do indivíduo pela criação de modos de existência éticos específicos” (p. 30). Nesse sentido, a coragem do dizer a verdade presente na prática do intelectual específico se enlaça com uma prática de militância política.

Vale ressaltar que a parrhesía não é demonstração, uma vez que não é definida pela estrutura racional do discurso, embora possa fazer uso de elementos dessa. Não é retórica, pois não tem a necessidade de persuadir, tampouco é uma pedagogia. A parrhesía é uma certa maneira de dizer a verdade, uma expressão pública de uma convicção pessoal ancorada na livre coragem da verdade. Assim, do intelectual específico, espera-se uma prática que se assemelha, com configurações que são próprias do presente, à prática do parresiasta na Grécia antiga, a saber, o falar francamente, a coragem da verdade. Para Gros (2004), na figura do intelectual específico, sob a égide da fala verdadeira, engajada e perigosa, teoria e prática, escrita e ação, coadunam na produção do sujeito político.

Como se vê, diante do que afirmamos até aqui, ato político é a ação que marca a figura do intelectual, seja no caso Dreyfus, passando pelo intelectual orgânico de Gramsci, ou do intelectual específico de Foucault. Se defendermos, em nossa busca de um exame das modulações no conceito de intelectual, que a ação política do intelectual orgânico não se mantém em um tempo em que a ideia de organicidade não mais se sustenta, é porque acreditamos que a atualidade coloca no plano da política uma dispersão das lutas. O plano da política opera como um arquipélago de forças, que agencia movimentos identitários e minoritários, impossibilitando a totalização do campo. A ideia de organicidade, mais do que nunca, parece não mais ser compatível com uma nova organização face à dispersão do campo progressista em diversas lutas, sem totalização. Diante disso, a ideia de específico nos parece mais pertinente para pensar o intelectual na atualidade.

Contudo, considerando que o espaço público se fragmenta cada vez mais em instâncias específicas (partido político, universidade, internet, mídias, empresas) e tomando um campo em que o especialista é chamado a dizer no lugar do intelectual, acreditamos que, no rastro deste, é preciso agregar certo

nomadismo, ou seja, processo de avanço e ultrapassagem constante de limites. Na atualidade, os espaços de produção dos pensamentos crítico e político passam a adotar uma linguagem corporativa e incomunicável, substituindo intelectuais por gestores. “Com a massificação do ensino superior, o intelectual atualmente é, na maioria dos casos, um professor universitário, e não mais um escritor ou jornalista, como há um século” (Traverso, 2020, p. 41). Atrelado a isso, surgem personagens cooptados pelas instituições, perdendo facilmente a dimensão ética e política, exercendo um engajamento político excessivo e acrítico e requerendo para si o direito de falar em nome de um grupo.

Diante de um novo cenário cultural que se configura por uma ampla dispersão e desequilíbrios, bem como por novas configurações sociais e identitárias, faz-se preciso pensar o papel, a responsabilidade e, sobretudo, o lugar que os intelectuais ocupam na sociedade. Para Araya (2011), os novos intelectuais, especialmente os latino-americanos, são convocados a ocupar diversos espaços (da academia aos meios de comunicação; de cargos de governo à iniciativa privada), porém, sem perder a reflexão ética e política. Esse novo intelectual, um tipo de intelectual estrategista, “[...] estaria fundamentado em certos valores e definições ideológicas baseadas em um autêntico compromisso de intervir e exercer uma ação enunciativa e crítica frente as injustiças, distorções e desequilíbrios sociais” (Araya, 2011, p. 127, tradução nossa).

Se a atualidade faz emergir um novo tipo de intelectual, essa é outra questão. O que nos interessa é que, independentemente de ser novo ou velho, o fora continua a agenciar ações instituintes, insurgentes e singulares que atualizam o potencial de produção de subjetividades nômades. Essas subjetividades vagueiam sem uma habitação fixa (acima das classes e identidades), buscando, à deriva, forjar novos cenários, utopias, estratégias e alternativas sociais. Diante disso, a noção de intelectual orgânico ou de intelectual específico parece insuficiente, especialmente frente à necessidade de conexão em redes dinâmicas de produção que priorizem uma maior consciência social e solidariedade.

Devir intelectual nômade como máquina de guerra

Perante o exposto, entendemos o intelectual nem como orgânico nem exclusivamente específico, tampouco universal. Apostamos na cartografia de um intelectual desterritorializante, portanto, nômade. Movido pela potência do comum, esse intelectual pensa no entre, é independente, não toma as classes como centro de suas investidas, atua em coletividade e forja, no interior mesmo da sociedade, alternativas outras à vontade de verdade e de totalidade. Seu movimento com base naquilo que as singularidades têm em comum é a finalidade mesma da ação política da multidão. Esta, tomada nos dizeres de Hardt e Negri (2005, p. 140), como “um sujeito social internamente diferente e múltiplo cuja constituição e ação não se baseiam na identidade ou na unidade (nem muito menos na indiferença), mas naquilo que tem em comum”.

Se as discussões em torno da noção de intelectual trazem uma ideia polissêmica e com modulações diversas, ficamos com o entendimento de intelectual como uma máquina dentro de um campo de incerteza, que está sempre à deriva, à margem, à beira da brecha. Para problematizar e propor um devir intelectual nômade, que se faz no encontro, longe de um equilíbrio, mas permeado de multiplicidade, é preciso considerar um campo de desdobramento da diferença e com possibilidade de copresença. Desse modo, o devir, tal como pensam Deleuze e Guattari, desterritorializa, circunscreve novos territórios e cria subjetividades; algo sempre em expansão, um caminho nômade permeado de companhias. Nas palavras desses autores, “que o devir funcione sempre a dois, que aquilo que se devém devenha tanto quanto aquele que devém, é isso que faz um bloco, essencialmente móvel, jamais em equilíbrio” (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 112).

Há sempre múltiplos modos de experimentar a vida, além do que se pode descrever. Pensar um fazer nômade é uma possibilidade de tomar o ato como experimentação, conferindo deslocamentos, singularidades e afetamentos que escapam das representações. Guattari e Rolnik (2013) falam de um devir-mulher, devir-homossexual, devir-negro, como possibilidade ou não de singularidades; algo que se instaura em um movimento processual, conferindo uma potência de criação.

Na esteira do distanciamento da noção de intelectual universal, toma-se o devir como algo sempre minoritário. A diferença e a singularidade surgem do encontro entre duas multiplicidades, do movimento. Devir é molecular. Não é resultado, transformação de uma forma. Ele é o próprio processo de transformação. Não se trata de uma imitação ou identificação, mas de um fazer corpo nos limites de uma intensidade ou vizinhança.

Devir é, a partir das formas que se tem, do sujeito que se é, dos órgãos que se possui ou das funções que se preenche, extrair partículas, entre as quais instauramos relações de movimento e repouso, de velocidade e lentidão, as mais próximas daquilo que estamos em vias de devir, e através das quais devimos. É nesse sentido que o devir é o processo do desejo (Deleuze; Guattari, 2012a, p. 67).

Dessa forma, o devir se alinha com uma política nômade, um tornar-se movimento. Devir é rizoma. Por isso, nem orgânico nem específico, tampouco universal. Trata-se de um intelectual nômade. Nem ser nem saber: trata-se de devir. O princípio da incerteza, a curiosidade, a paixão e a invenção são ferramentas políticas e linhas de fugas descontínuas do intelectual nômade. Sempre à espreita de desenhar novos caminhos, é tomado pela experiência e se desloca em meio à multidão, voltando seu olhar para o processo de criação. Mobilizado pelos processos do desejo, o intelectual nômade é provocador, apresenta-se nos espaços para a insurreição de estratégias e age em direção à transformação social. Requer e impõe deslocamentos, fluxos de emergências criativas, bifurcações, singularidades e metamorfoses cognitivas.

Movido pela potência do criar, o intelectual nômade, conforme Almeida (2015, p. 95), “sabe que é necessário levantar da cadeira, sair da sombra de uma árvore, se jogar à errância do pensar em movimento”. O compromisso do intelectual nômade é, por meio de seu exercício político, fazer copular o desejo de rotas de fuga, uma política de subjetivação e uma estética de viver e produzir no comum. Implica certa condição de estrangeiro, um olhar distanciado, mas implicado com os fluxos, sem compromisso com os estratos ou com a técnica. Atua no plano da nomadopolítica (Hur, 2009, 2019), e seu movimento gira em prol de mudanças.

O conceito de nomadopolítica, apresentado por Hur (2009) em sua tese de doutorado, parece-nos interessante para descrever

a luta política exercida pelo intelectual nômade: uma luta que “é motivada por práticas e ideias para tentar concretizar projetos e não prioritariamente para ocupar lugares de poder” (p. 311). Para o autor, nomadopolítica é “o agenciamento político feito a partir dos movimentos, dos deslocamentos, das linhas de fuga, das bordas, dotado de uma agitação e movimentação [...] molecular” (p. 312). É uma política nômade comprometida com o devir, com os fluxos e os processos de desterritorialização, próxima do intelectual nômade e distante dos especialistas e do intelectual sedentário. A nomadopolítica é a política das multidões, que opera por forças centrífugas subvertendo a ordem instituída.

[Na política nômade] não há amor ao poder, enquanto potestas, senão investimento no poder enquanto potencia, na potência do poder fazer que efetua micropolíticas desejantes, que à primeira vista parecem operar apenas no âmbito molecular. Contudo, a micropolítica transversaliza-se à macropolítica, bem como o molecular ao molar, então, desse movimento instituinte que incita as forças ativas e desejantes, provocam-se rachaduras no instituído, multiplicando-as e ocasionando transformações macropolíticas (Hur, 2019, p. 133).

O pensamento esquizoanalítico de Hur, em torno de sua teorização da política nômade, nos ajuda a compreender, por um lado, a existência de um modo de organização política a partir de uma força centrípeta que orbita em torno do Estado, o aparelho de captura. E, de outro lado, uma resistência a isso, um movimento de fuga, centrífugo, chamado por Hur de nomadopolítica, mas que atualiza o potencial do que Deleuze e Guattari (2012b) chamaram de máquina de guerra. Notoriamente, o intelectual nômade se encontra ao lado da resistência, e sua condição nômade se dá justamente por fazer esse movimento centrífugo contrário ao movimento centrípeta das instituições. Afinados à dimensão acêntrica, aliados em rede, ou seja, pertencentes ao plano do comum, criativos e próximos à multidão, os intelectuais nômades e seus afetos potencializadores insurgem. “O nômade com sua máquina de guerra opõe-se ao déspota com sua máquina administrativa; a unidade nômade extrínseca se opõe à unidade despótica intrínseca” (Deleuze, 1985, p. 65).

[...] nós [Deleuze e Guattari] definimos a “máquina de guerra” como um agenciamento linear que se constrói

sobre linhas de fuga. Nesse sentido, a máquina de guerra não tem absolutamente por objetivo a guerra; ela tem por objeto um espaço muito especial, espaço liso, que ela compõe, ocupa e propaga. O nomadismo é precisamente esta combinação máquina de guerra-espaço liso (Deleuze, 2013, p. 47).

O agenciamento máquina de guerra, tal como apresentado no “Tratado de Nomadologia”, de Deleuze e Guattari (2012b), constitui-se de vetores centrífugos e fugidios à parte do aparelho de Estado. Ainda que se relacione com este em alguns momentos, podendo ser capturada sob a forma de instituição militar, essa máquina abstrata não possui afinidades com os signos do mundo sedentário. Fiel à sua ética do comum, trata-se de uma constituição que se dá em espaços lisos, lugar de fluxos, sem estratificações, visto que os nômades se apresentam no mesmo plano de imanência. Os autores defendem que a máquina de guerra não é originalmente estatal e, portanto, configura-se de modo nômade frente a esse núcleo sedentário. Nesse ponto, afirmam uma posição radical do nomadismo contra todos os meios de apoderamento e captura do Estado. E é nessa exterioridade e nessa singularidade que apostamos no intelectual nômade como aquele que afirma o devir e a diferença, experimentando outras formas de relação com o mundo.

É na encruzilhada, no meio, no transversal que desterritorializa e não se limita a um plano vertical ou horizontal, que o nomadismo, a máquina de guerra e as linhas de fuga se encontram. O intelectual nômade toma o devir como modo de existência e agencia a formação de bandos, rizomas por oposição à fixação em estruturas de poder. “É por isso que os bandos em geral, mesmo de bandidagem, ou de mundanidade, são metamorfoses de uma máquina de guerra, que difere formalmente de qualquer aparelho de Estado, ou equivalente, o qual, ao contrário, estrutura as sociedades centralizadas” (Deleuze; Guattari, 2012b, p. 22).

Nesse enlace em bandos, compreender a formação rizomática é importante para entendermos como o nomadismo capilariza, por meio de suas linhas de fuga, e cria outros espaços, heterotópicos. Processos de desterritorialização que produzem redes complexas e móveis, modulações heterogêneas, com articulações e movimentos diversos. Para Foucault (2013, p. 24), “a heterotopia tem como regra justapor em um lugar real vários espaços que, normalmente, seriam

ou deveriam ser incompatíveis”. Nesse outro lugar, a emergência do comum, singular e compartilhado, ganha contornos heterogêneos que alinham potências e criam redes dinâmicas e variadas. Da botânica para a filosofia de Deleuze e Guattari, o rizoma, portanto, ganha contorno de linhas, um tipo de raiz que se prolonga, se distribui por todos os lados, ampliando as possibilidades e problematizando qualquer enquadramento, tendo como apoio a experimentação. Uma raiz com crescimento polimorfo, horizontal e sem direção definida. Por se constituir enquanto linha e não forma, o rizoma pode se enveredar por outros caminhos, fugir, escapar às tentativas totalizantes e se conectar com outras linhas, tomar outras direções, fazer redes e cartografias.

Nossa aposta por um devir intelectual nômade consiste em uma leitura do pensamento enquanto uma potência nômade e na possibilidade de o intelectual insurgir enquanto agente criador de um espaço heterotópico, em um mundo permeado pelas diferenças, pelos devires e pelas intensidades. Todavia, é importante destacar que nem todo intelectual é nômade; em oposição a ele, é possível identificar o intelectual sedentário quando Deleuze e Guattari (2012b) balizam que “o Estado não confere um poder aos intelectuais ou aos conceptores; ao contrário, converte-os num órgão estreitamente dependente, cuja autonomia é ilusória, mas suficiente, contudo, para retirar toda potência àqueles que não fazem mais do que reproduzir ou executar” (p. 37).

Diante do exposto, evocamos a figura do intelectual nômade como um agente político que traz como marca a invenção de redes ramificadas sempre em movimento. Redes de resistência e criação, como uma máquina de guerra, contra espaços codificados, hierarquizados e estriados. Se ao intelectual orgânico cabe o engajamento nas lutas das classes sociais subalternas, e ao intelectual específico a implicação com um saber localizado e engajado politicamente nas ações do cotidiano, o que marca a figura do intelectual nômade é a produção do comum, o pensamento e a conexão em redes, como máquina de guerra se aproximando da multidão (Hardt; Negri, 2005). O intelectual nômade considera as lutas como um lugar simbólico em que se desenrolam as vivências em comunidade.

A potência do intelectual nômade também está em sua condição híbrida: é acadêmico, trabalhador, artista, poeta, militante e cidadão. Ele cria maquinações, reativa outros planos de imanência, agencia-se em rede (outros intelectuais, movimentos sociais, trabalhadores, usuários, familiares) e em seu próprio devir. Assim, constrói a sua própria máquina de guerra, ou seja, uma política nômade. Ele é nômade. “Com suas linhas de fuga desejantes, transita num fora, que é um território mais fluido, de abertura de sendas e clareiras, cercado por indeterminações” (Hur, 2019, p. 172). Seu compromisso, como indica Almeida (2015, p. 97), “é com uma sociedade mais justa, livre, desejante, feliz, leve, viva, estética e erótica”. No entanto, nada disso é possível se o desejo não se transforma em ação.

Considerações finais

No percurso traçado pelo presente trabalho, buscamos cartografar a figura do intelectual moderno com vista a um devir intelectual nômade. Defendemos que a ação política deste constitui a própria experiência de criação do pensamento e apostamos em um intelectual revolucionário, agente de uma política nômade, que não compactua com sedentarização e estratificação, e que se opõe frontalmente ao intelectual sedentário/universal. O princípio do pensar entre, nas zonas de contato, partindo do próprio corpo em aliança e contágio é a ferramenta política do intelectual nômade: um pensamento em multidão que opera como máquina de guerra. O destaque, além da função ou do dizer verdadeiro do intelectual, volta-se para a potência do criar em multidão.

Esperamos que este estudo forneça ferramentas não para forjar um novo intelectual, mas para localizá-lo no interior dos acontecimentos. Se é necessário elencar algo que inscreva a potência de criação do intelectual nômade nesse processo, não há dúvidas de que o que se inscreve é: vidas que produzem vidas. As lutas e resistências presentes no cenário das políticas públicas brasileiras, como a reforma sanitária e a reforma psiquiátrica, são bons exemplos dessa potência nômade que abala as estruturas do aparelho de Estado.

Ademais, as linhas tecidas aqui foram produzidas em meio à pandemia do novo coronavírus (Covid-19), momento em que a

ciência e o intelectual ganham ainda mais visibilidade. Diante do desmonte das políticas progressistas, do forte ataque à ciência, do descrédito à figura do intelectual e do avanço do conservadorismo, o comum, como agenciamento do devir político, alinha-se à criação de uma rede potente que conecta afetos, experiências e lutas com forte capilarização territorial. O lugar do intelectual nômade é heterotópico, onde as raízes se entrelaçam ganhando formações, cultivando coalizões entre manifestações com diferentes atores, forjando diferentes formas de vida, uma vez que o que se coloca em jogo é a própria vida, formas sociais colaborativas e democráticas.

Referências

ALMEIDA, Maria da Conceição Xavier de. Da ciência como território à ciência como nomadismo. *Esferas*, v. 0, n. 6, p. 89-98, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.19174/esf.v0i6.6154>. Acesso em: 7 set. 2021.

ALTAMIRANO, Carlos. *Intelectuale*: notas de investigación. Bogotá, CO: Grupo Editorial Norma, 2006.

ARAYA, Leonardo Vidal. Intelectuales latinoamericanos: desfases, tensiones y proyecciones. *Civilizar Ciencias Sociales y Humanas*, Bogotá, CO, v. 11, n. 20, p. 115-130, 2011. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1657-89532011000100009&lng=en&tlng=es. Acesso em: 7 set. 2021.

CARA, Salete de Almeida. A data histórica do intelectual em crise. In: MORGATO, Izabel; GOMES, Renato Cordeiro. (orgs.). *O intelectual e o espaço público*. Belo Horizonte, MG: UFMG, 2015, p. 307-317.

DELEUZE, Gilles. Pensamento nômade. In: MARTON, Scarlett. *Nietzsche hoje?* Colóquio de Cerisy. São Paulo, SP: Brasiliense, 1985, p. 56-76.

DELEUZE, Gilles. *Conversações (1972-1990)*. 3. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2013.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. v. 4, 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2*. v. 5, 2. ed. São Paulo, SP: Editora 34, 2012b.

- DURIGUETTO, Maria Lúcia. A questão dos intelectuais em Gramsci. *Serviço Social & Sociedade*, n. 118, p. 265-293, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-66282014000200004>. Acesso em: 7 set. 2021.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro, RJ: Edições Graal, 1979.
- FOUCAULT, Michel. *Estratégia poder-saber*. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2012.
- FOUCAULT, Michel. *O corpo utópico, as heterotopias*. São Paulo, SP: N-1 Edições, 2013.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 2001.
- GROS, Frédéric. *Foucault: a coragem da verdade*. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2004.
- GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. *Micropolítica: cartografia do desejo*. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. *Multidão: guerra e democracia na era do império*. Rio de Janeiro, RJ: Record, 2005.
- HUR, Domenico Uhng. *Discursos do trânsito da guerrilha ao Estado neoliberal: estrategopolítica, tecnopolítica e nomadopolítica*. 2009. 423 f. Tese (Doutorado) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2009. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/47134/tde-27112009-103453/publico/TeseDomenico.pdf>. Acesso em: 7 set. 2021.
- HUR, Domenico Uhng. *Psicologia, política e esquizoanálise*. 2. ed. Campinas, RS: Alínea, 2019.
- LECLERC, Gerard. *Sociologia dos intelectuais*. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2004.
- MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, os intelectuais e suas funções científico-filosófica, educativo-cultural e política. *Pro-Posições*, v. 22, n. 3, p. 131-148, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73072011000300010>. Acesso em: 7 set. 2021.
- PASSIANI, Enio. Figuras do intelectual: gênese e devir. *Sociologias*, v. 20, n. 47, p. 16-47, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/15174522-020004701>. Acesso em: 7 set. 2021.

SEMERARO, Giovanni. Intelectuais “orgânicos” em tempos de pós-modernidade. *Cadernos CEDES*, v. 26, n. 70, p. 373-391, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-32622006000300006>. Acesso em: 7 set. 2021.

SOLER, Rodrigo Diaz de Vivar y. Uma leitura sobre o intelectual orgânico em Gramsci. *Psicologia em Revista*, v. 23, n. 2, p. 541-562, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n2p541-561>. Acesso em: 7 set. 2021.

TRAVERSO, Enzo. *Onde foram parar os intelectuais?* Belo Horizonte, MG: Âyiné, 2020.

VIEIRA, Priscila Piazzentini. *A coragem da verdade e a ética do intelectual em Michel Foucault*. São Paulo, SP: Intermeios: Fapesp, 2015.